

RIBEIRO, MANUEL (1878-1941)

Este empregado de escritório da CP, nascido em 1878, autor de largas dezenas de ensaios e romances, foi um dos mais importantes propagandistas operários portugueses do primeiro quartel do século XX e um exemplo acabado de como a conjuntura em que viveu marcou os ativistas da época. Oriundo das hostes anarquistas, cedo se rendeu ao sindicalismo revolucionário francês. Com a vitória da Revolução Russa, aderiu aos novos postulados leninistas, mas por pouco tempo, já que a ascensão do fascismo o levou a afastar-se dos meios sindicais.

Foi responsável pela tradução de obras fundamentais quer das doutrinas supracitadas, quer da literatura social que marcou os ativistas operários da época. Entre as obras doutrinárias que deu a conhecer ao público português destacam-se *As doutrinas anarquistas* de Paul Eltzbacher (1908), *O sindicalismo* de Enriço Leone (1911), *O sindicalismo* de Félicien Challaye (1912) e a *A conquista do pão* de Pedro Kropotkine. Foi ainda tradutor de obras incontornáveis como *Os vagabundos* de Máximo Gorki (1913) ou a *A escravidão moderna* de Leão Tolstói.

Antes da Revolução Russa, da qual se tornou o principal partidário, destacou-se como um dos mais consequentes defensores da independência da doutrina sindicalista revolucionária face ao anarquismo. Em 1913, levou a cabo uma célebre polémica com Emílio Costa, na qual defendeu que «o sindicalismo se basta a si próprio». (*O Sindicalista*, fevereiro e março de 1913).

A sua atividade, contudo, não se limitou à difusão do pensamento e da cultura social. Manuel Ribeiro foi um destacado agitador e propagandista operário, tendo sido inclusive preso na decorrência de uma das mais impressionantes paralisações a que assistiu a I República portuguesa – a greve ferroviária de 1919. Dirigiu vários jornais e libelos, entre os quais devemos referir o órgão da sua classe profissional *A União Ferroviária* dos ferroviários do Douro e Minho (Porto, 1911-1926). Os seus artigos doutrinários, publicados no histórico jornal *O Sindicalista*, sob o título de «Na linha de Fogo», justificaram a edição de uma brochura em 1920.

Todavia, o seu nome será sempre lembrado como fundador da Federação Maximalista Portuguesa, diretor do seu órgão *A Bandeira Vermelha* e, conseqüentemente, o mais destacado difusor dos novos postulados leninistas e defensor da Revolução Russa em Portugal. A editora da Confederação Geral do Trabalho editou uma obra de sua autoria em 1922 – *Poder redentor* –, depois de ter publicado inúmeros artigos seus no jornal *A Batalha*.

Em 1921, Manuel Ribeiro foi cofundador do Partido Comunista Português, do qual fez a defesa no seu periódico *A Bandeira Vermelha*, vindo depois a assumir a direção de *O Comunista*, primeiro órgão do PCP, que veio a lume a 16 de outubro de 1921.

Como já foi referido, depois das duras derrotas dos anos 1920, nas quais a sua classe profissional foi das mais afetadas, recolheu-se na província, vindo a converter-se ao catolicismo.

É de sublinhar a dimensão moral, que continuará presente na sua obra literária, onde a questão social foi sempre temática dominante. De facto, Manuel Ribeiro, não obstante o seu atribulado percurso ideológico, semelhante tantos outros que

vivenciaram esta conjuntura histórica excecional, nunca abandonou as suas convicções de maior justiça social até à sua morte, em 1941.

Bibliografia: PEREIRA, Joana Dias, *Sindicalismo revolucionário – A história de uma idéia*, Dissertação de mestrado em História Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, julho de 2008 (policopiado); PEREIRA, José Pacheco, *Questões sobre o movimento operário português e a Revolução Russa de 1917*, Porto, Convergência, 1971; SILVA, Gabriel Rui de Oliveira, *Manuel Ribeiro: o romance da fé*, Tese de doutoramento, Universidade Aberta, 2009.

[Joana Dias Pereira]

* *
*

Nasceu em Albernoa, Beja, a 13 de dezembro. Foi ativista sindical e jornalista, vindo a destacar-se pela sua atividade literária. Depois dos estudos liceais no concelho natal, Manuel Ribeiro matriculou-se na Escola Politécnica de Lisboa, preparando-se para cursar Medicina. Forçado a interromper os estudos, exerceu durante alguns anos a atividade de professor do ensino livre e trabalhou, posteriormente, nos escritórios da Companhia dos Caminhos de Ferro, onde esteve 17 anos. Fazendo-se notar pela atividade em movimentos de reivindicação operária ligados ao anarcossindicalismo e como publicista, Manuel Ribeiro publica, em 1908, *Imperiosa verdade – Cena em verso* e, no ano seguinte, um livro de poemas intitulado *Sentido de viver*. Nesses versos, de pendor autobiográfico como em «História d'uma vida», dá conta do embate com o ambiente da capital e a busca espiritual que acalentava: desiludido com a situação da Igreja, que considerava ter traído o ideal cristão, sente-se «outra vez novo, apaixonado e ardente» no estudo da «razão oculta» da exploração e injustiça social, isto é, a questão social emerge no seu percurso como instância de vivência espiritual.

Em 22 de setembro de 1912 inicia a sua colaboração no jornal *O Sindicalista*, a qual manteve até julho de 1914; mais tarde, colabora desde o seu início, em 23 de fevereiro de 1919, no jornal *A Batalha*, órgão da Confederação Geral do Trabalho (CGT); os artigos da sua coluna, intitulada «Na linha de fogo», seriam posteriormente coligidos em obra homónima de 1920, dedicada a Alexandre Vieira, num plano editorial que inicialmente incluía as partes II e III, visando publicar a colaboração jornalística de Manuel Ribeiro, entre outros, no jornal *A Bandeira Vermelha*. No final de 1919, no entanto, entrando em dissidência com a CGT, Manuel Ribeiro lidera, com António Peixe, Francisco Dias, Arsénio Filipe e José da Silva Oliveira a constituição da Federação Maximalista Portuguesa (FMP), fazendo a apologia da Revolução Russa em Portugal. Nesse ambiente militante revolucionário da época, pretendeu ir para a Rússia, conhecer ao vivo a revolução, mas na Alemanha viu-se impedido de prosseguir viagem e de concretizar esse objetivo. Em novembro de 1919, a partir do n.º 5 do jornal *A Bandeira Vermelha*, Manuel Ribeiro assume a direção do órgão da FMP.

A 15 de outubro de 1920, a polícia, invadindo a redação desse jornal, impediu a sua publicação nesse dia e prendeu Manuel Ribeiro. Encarcerado no Limoeiro, aí

contactou pessoalmente com o padre Francisco Cruz, que regularmente visitava os presos dessa cadeia. Esse contacto e proximidade incentivou mais a sua busca espiritual e, já como figura reconhecida pela sua intervenção cívica e cultural, cresceu nele o interesse pela arquitetura religiosa medieval e a liturgia católica, enquanto ordens estéticas de determinado sentido transcendente para a vida individual e social, que haviam de constituir uma presença e um horizonte marcantes nos seus romances. Neste interesse e nesta busca de vivência espiritual teve particular influência a relação que desenvolveu com o padre Pereira dos Reis, que conhecera através do padre Cruz.

Ainda na prisão, faz publicar o primeiro romance *A Catedral*, abrindo a série que o próprio designou como «trilogia social», e que viria a compreender, *O Deserto* (1922) e *A Ressurreição* (1923); no percurso da personagem principal, o arquiteto Luciano, verte-se, em larga medida, a aproximação do autor à espiritualidade cristã que teve na sua estadia da Cartuxa de Miraflores, em Burgos, um momento decisivo que Manuel Ribeiro sucessivamente reiterou.

O período após a Grande Guerra revelou-se de grande intensidade intelectual e propagandística: além da sua iniciação ao romance, Manuel Ribeiro continuou a obra de divulgação literária e cultural, quer ao nível da tradução, entre outros, de Charles Albert, Maximo Gorki, Piotr Kopotkine e François Mauriac, quer na direção de coleções literárias, destacando-se a «*Biblioteca Vermelha*» – iniciação soviética, com cinco números até 1920. Dissolvida a FMP em dezembro de 1920, constitui-se a partir dela o Partido Comunista Português, a 6 de março de 1921 em Lisboa, em cujo grupo mais significativo contavam Carlos Rates, Caetano de Sousa e Manuel Ribeiro, pertencendo este à Comissão de Educação e Propaganda do partido e «redator principal» do seu semanário, *O Comunista*. Abandonando, pouco depois, o partido, mantiveram-se as preocupações sociopolíticas de que dão conta quer a «trilogia nacional» constituída pelos romances *A colina sagrada* (1925), *A planície heroica* (1927) e *Os vínculos eternos* (1929 e dedicado a Brito Camacho), quer na obra de teorização política mais consistente de Manuel Ribeiro, *Novos horizontes* de 1929, onde discute a natureza e as implicações da democracia cristã, do fascismo e do comunismo, quer, ainda, a sua participação no grupo que, liderado pelo padre Joaquim Alves Correia, editará, a partir de 1931, o jornal *Era Nova – Semanário de doutrina e defesa social*. A erudição revelada nas descrições detalhadas dos seus romances teve expressão mais sublinhada nos trabalhos de Manuel Ribeiro da década de 1930, onde se reitera, também, a importância dos ambientes do Alentejo na sua obra; exemplos dessas facetas são os estudos *O Alentejo* (1929), *A Sé de Lisboa* (1931) e *Vida e morte de madre Mariana Alcoforado* (1940).

Sublinhando o impacto e a divulgação da sua produção literária, António Sérgio, Paulo Durão, padre jesuíta e crítico literário, e Manuel Gonçalves Cerejeira assinalaram a prevalência da erudição do autor – numa aproximação à obra de J.-K. Huysmans que Manuel Ribeiro recusou – face à falta de espessura na análise do drama interior das personagens, sobretudo na «trilogia social». Importa questionar, no entanto, se essa eventual lacuna não resulta da exemplaridade que parece sobressair como intenção fundante das narrativas de Manuel Ribeiro.

Se é indiscutível a influência de um certo espiritualismo de inspiração cristã, expresso por autores como Paul Claudel, George Bernanos, o próprio Huysmans e a literatura que tem sido classificada como «de conversão», Manuel Ribeiro, pela sua

experiência e pelo seu percurso, não foi um simples reflexo desse ambiente cultural europeu, particularmente dos ambientes marcados pelo catolicismo, antes assinala como originalidade um modo de sentir e de acreditar nas fronteiras de um certo «existencialismo espiritual» marcado pela tensão entre a «revolução» e a «reforma», tanto do ponto de vista individual como social. Quer do ponto de vista literário, quer do seu ativismo social, a obra e o percurso de Manuel Ribeiro continuam, no entanto, a merecer mais amplas e detalhadas análises.

A partir de 1932, Manuel Ribeiro compaginou a sua produção literária com o trabalho de funcionário da Biblioteca Nacional, vindo a transitar para a Torre do Tombo, onde foi conservador até à sua morte, a 27 de novembro de 1941, surgindo já postumamente o seu último romance, *Sarça ardente*.

Bibliografia: ANTUNES, Carlos A. M., *Manuel Ribeiro. Itinerário de uma conversão: mística e questão social*, tese de licenciatura em Teologia, Lisboa, Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa, 1998; BARREIRA, Cecília, *Sondagens em torno da cultura e das ideologias em Portugal (sécs. XIX e XX)*, Lisboa, Polemos, 1983, p. 91-93; MARQUES, João Francisco, «A arte e a espiritualidade cartusiana em “O Deserto” de Manuel Ribeiro, 1879-1942», in *Estudos em homenagem ao professor doutor José Amadeu Coelho Dias*, Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2006, p. 351-368.

[Sérgio Pinto]

RIBEIRO JÚNIOR, JOSÉ CUPERTINO (1848-1921/2)

Nasceu em 1848, em Pataios, concelho de Alcobaça, e morreu em finais de 1921 ou início de 1922, como parecem apontar os votos de sentimento enviados à viúva pelas Câmaras dos Deputados e Senadores. Num elogio que na altura lhe foi dirigido é referido que colocou «muitas vezes o seu esforço e a sua generosa bolsa ao serviço da causa democrática.» (*Diário do Senado da República*, 2 de março de 1922, p. 6) Efetivamente, na sua vida esteve sempre presente a ligação entre a atividade comercial e a intervenção política a favor do republicanismo. A vida comercial iniciou-se muito novo, pelos 11 anos de idade, como marçano. Vinha de uma família modesta e acabou por alcançar sucesso profissional, pois em 1886 anunciava num jornal ir abandonar a firma em que trabalhava, provavelmente como sócio, para brevemente abrir «a sua casa comercial» (*O Século*, 9 de novembro de 1886) que efetivamente fundou sob a designação Cupertino Ribeiro & C.^a. Criou mais tarde várias indústrias, entre elas, uma importante fábrica de estampania e tinturaria em Rio de Mouro, concelho de Sintra. Pertenceu a várias associações empresariais, como a Associação Comercial de Lisboa, a Industrial Portuguesa e a Comercial de Lojistas de Lisboa, da qual se fez sócio em 1889, tendo exercido vários cargos diretivos. Foi, inclusive, presidente da direção entre 1906 e 1910, posição que ocupou ainda por mais algum tempo depois de implantada a República. O seu republicanismo, aparentemente, manifestou-se logo na juventude, pertencendo ao Partido Republicano Português, do qual se tornou membro do diretório, cargo que exerceu entre 1902 e 1911. Em 1903,